

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º , DE 2019

(Do Sr. Deputado Marx Beltrão)

*Requer a realização de Audiência Pública
para discutir o tema “diplomas cancelados”.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, seja realizada Audiência Pública para discutir o tema “situação dos alunos que concluíram o curso superior e tiveram seus diplomas cancelados ou não expedidos”.

Para tanto sugiro sejam convidados:

- Secretário de Supervisão e Regulação do Ensino Superior – SERE/MEC;
- Sr. Henrique Sartori – Ex-Secretário da SERES/MEC;
- Sr. João Catunda – Líder do Movimento Diploma Legal;
- Sr. Leandro Pereira Lopes Neto, representante dos estudantes;
- Sr. Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira – Presidente do Conselho Regional de Educação Física de Alagoas;
- Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Substituto

JUSTIFICAÇÃO

Em outubro do ano passado milhares de pessoas foram surpreendidas com o cancelamento do registro dos seus diplomas, então expedidos por faculdade privadas e registrados pela Universidade Iguaçu (UNIG), conforme comunicado da Associação de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI), publicado no Diário Oficial da União de 03 de maio de 2018.

Tal ato implicou na perda da validade nacional dos diplomas expedidos por diversas faculdades, uma vez que a LDB, exige o registro para que os diplomados possam exercer as funções e usar das prerrogativas em nível nacional.

Entre os cursos atingidos estão Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Letras, Artes, Educação Física, Serviço Social, Teologia, Filosofia e História, dentre outros. A lista de faculdades é extensa e abrangeu períodos distintos de registro.

O Ministério da Educação decidiu instaurar processo administrativo e suspender a autonomia universitária da Universidade Iguaçu (Unig), do Rio de Janeiro. Com a suspensão, em medida cautelar, a instituição está impedida de fazer registro de diplomas.

A medida foi adotada com base em indícios de irregularidades no registro de diplomas pela instituição, uma das que estão sob investigação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Assim, senhor presidente, nosso objetivo é encaminhar para uma solução breve e eficaz.

Nestes termos, requer o deferimento.

Sala das Sessões, em de março de 2019.

Deputado MARX BELTRÃO

PSD/AL